

**A COR E A IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03 NA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL
CASSIANO RIBEIRO COUTINHO**

Maxwilliam Domingues da Silva Lima.

Pós – FIP. maxwilliamdomingues19@gmail.com

Resumo: Neste artigo, versamos sobre as relações étnico raciais no âmbito escolar, e em específico na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cassiano Ribeiro Coutinho, Sapé-PB em aulas de Língua Portuguesa. Através dos relatos de experiências decorrentes das aulas buscamos sublinhar possibilidades de atuação em sala de aula como forma de cumprimento da Lei 10.639 de 2003. Neste sentido, partimos de uma concepção de educação que se preocupe com o enfrentamento do racismo, a diminuição do preconceito no ambiente escolar e a construção da identidade da criança negra em sala. Tentando desta forma, construir além de uma identidade e sentimento de pertencimento, um resgate de contribuição do negro em sociedade. Buscamos, pois, abordar uma temática tão delicada tendo como norte a literatura infanto-juvenil em somativa ao desenvolvimento de um projeto sócio educacional com perspectivas de enfoque na importância de uma educação que desmistifique a visão preconceituosa e depreciativa em torno da população negra. Educação esta que não aluda o negro como ser coisificado, mas sim como sujeito de grande importância em nossa construção sócio histórica. Almejou-se pois contribuir para a uma educação que vise a (re)construção e o (re)conhecimento da criança negra em sala de aula, efetivando uma “educação antirracista”. Entendemos que esta temática é de suma importância não só para a criança negra presente em sala de aula mas para todos os demais grupos sociais e étnicos, bem como para a construção de uma sociedade menos segregadora e opressora. Entender a escola enquanto espaço para concretude dessa educação, exercendo assim o seu papel social é dever de todos que a compõe, desde o corpo docente à direção escolar.

Palavras-chave: Identidade; Negritude; Relações étnico raciais, escola.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir e problematizar as questões étnico raciais no âmbito escolar e consequentemente na sala de aula, entendendo que os problemas em torno do racismo, a falta de conteúdos que abarquem a história e a cultura Africana e Afro-Brasileira dentro do componente curricular e por consequência dentro dos conteúdos trabalhados em sala de aula merecem discussões e modificações.

De fato, os preconceitos raciais estão presentes em nossa sociedade. Sociedade em que os negros são historicamente excluídos, suas oportunidades foram e muita das vezes ainda são negadas. E é partindo dessas perspectivas que enfocamos a importância de uma educação que desmistifique essa visão preconceituosa e depreciativa em torno da população negra. Educação está que não aluda o negro como ser coisificado, mas sim como sujeito de grande importância em nossa construção sócio histórica.

É pensando nos discursos preconceituosos eminentes no meio escolar que nossa justificativa está baseada na Lei 10.639/3, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro brasileira na Educação Básica, "no que tange à valorização da história e das culturas[...] que chamo a atenção para a necessidade de prosseguir com ideários de *Negritude*, [...] por meio de representações positivas deles nas produções literárias infanto-juvenis" (OLIVEIRA, 2010, p.111). A partir desse contexto, procurasse desconstruir a predominância eurocêntrica do currículo escolar, caminhando numa direção de pensamento, no qual se possa questionar, desmitificar e expandir a visão dos alunos sobre a temática étnico racial no âmbito da escola enquanto espaço coexistente de diversidades, onde todas devem ser respeitadas.

O nosso objetivo é ressaltar as possibilidades de enfrentamento ao racismo no âmbito escolar em função da criança negra sob a perspectiva temática de (re)construção identitária, fazendo uso da literatura como mecanismo de ruptura, transformação, valorização e empoderamento.

Tais possibilidades de atuação serão retratadas através dos relatos do projeto intitulado "Para além do Novembro Negro" desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cassiano Ribeiro Coutinho, rede municipal de Sapé, em aulas de Língua Portuguesa.

2. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A APLICABILIDADE DA LEI

10.639/3

A lei 10.639/3 é fruto de luta e militância dos movimentos sociais negros, que destacavam (destaca) e exigiam (exige) uma educação que contemplasse (contemple) a história do negro bem como sua trajetória de lutas e resistência e toda a sua contribuição na construção sociocultural brasileira.

A lei torna-se um marco histórico na história do movimento negro com a sua aprovação e sanção no ano de 2003 pelo presidente da época, Luís Inácio Lula da Silva.

A lei foi (e é) considerada como um avanço, no que se refere à luta para combater o racismo e as desigualdades raciais, uma vez que se trata de uma política pública que tem a pretensão de atingir expressiva parte da população escolar, valorizar a diversidade cultural na formação do Brasil, contribuir para a construção e afirmação de identidade negra. Assim como tem sido colocado por vários estudiosos, é um momento para se repensar o currículo escolar brasileiro, em todos os níveis e modalidades de ensino. (ROCHA, 2013, p.318)

Além de determinar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica das instituições de ensino do Brasil, a lei 10.639/3 elege as disciplinas de Educação Artística, Literatura e História como áreas específicas em que esta temática deve ser abordada, sendo a disciplina de literatura por nós escolhida como ponte para a atuação do enfrentamento ao racismo.

Tal política de "[...]ação afirmativa não veio somente para compensar negros pelo passado de escravidão e pelo presente da discriminação[...]", (FRY, 2005, p.336), mas também para tentar viabilizar e identificar de modo positivo a identidade negra. Segundo Praxedes *Apud* Aquino (2017, p. 17) afirma que, a "questão das cotas e das políticas afirmativas para afrodescendentes se torna política quando estes intentam a construção de uma identidade coletiva, adquirem visibilidade no espaço social e lutam abertamente por um espaço destinado estruturalmente aos “não-negros”.

Os problemas em torno do racismo, a falta de conteúdos que abarcassem a história e a cultura Africana e Afro-Brasileira dentro do componente curricular e por consequência dentro dos conteúdos trabalhados em sala de aula geraram discussões e modificações na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) no ano de 1996, vindo assegurar o seguinte:

o ensino da História do Brasil levaria em conta a contribuição das diversas culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Embora tal inclusão tenha sido insuficiente para a inclusão tenha sido insuficiente para modificar toda a educação escolar, isso foi considerado um avanço nas discussões sobre a necessidade de garantir a permanência da população negra na escola e uma educação mais igualitária, em que todos os grupos pudessem ser representados na história ensinada. (BARROS, 2012, p.53).

É pensando nos discursos preconceituosos eminentes em sala de aula que nos baseamos na Lei 10.639/3, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro brasileira na Educação Básica, "no que tange à valorização da história e das culturas[...] que chamo a atenção para a necessidade de prosseguir com ideários de *Negritude*, [...] por meio de representações positivas deles nas produções literárias infanto-juvenis" (OLIVEIRA, 2010, p.111).

A partir desse contexto, procura-se desconstruir a predominância eurocêntrica do currículo escolar, orientando-se numa direção de pensamento, no qual se possa questionar, desmitificar e expandir a visão dos alunos sobre a temática étnico racial no âmbito da escola enquanto espaço coexistente de diversidades, onde todas devem ser respeitadas.

2.1 TEMPOS ESCOLARES

“A menina da foto vive em Moçambique, na África, num distrito da Zambésia chamado Gilé. [...] você acha que ela tem uma vida diferente da sua? Por quê? ” (CEREJA; WILLIAM ROBERTO, 2012, p.106)

O motivo pelo qual utilizamos a epigrafe acima é fácil de entender, tentamos através dela retratar uma situação ocorrente na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cassiano Ribeiro Coutinho, Sapé- PB, situada na rua: Epaminondas de Meneses, Bairro Novo, em aulas de Língua Portuguesa da turma de 6º ano no turno da manhã, no ano de 2016.

Ao dar início a mais um dos conteúdos previstos nos componentes curriculares, para ser mais específico, o assunto sobre os adjetivos, a saber que os adjetivos são palavras que modificam os substantivos, atribuindo-lhes características, positivas ou negativas. A definição sobre os adjetivos se faz necessário para que possamos entender com maior propriedade o

quanto os conteúdos abordados em sala de aula podem ter dimensões extralinguísticas, que nada mais é do que aquilo que se tem como conhecimento de mundo e que por sua vez influencia em nossas análises e em nossas relações sociais.

Retomando a narrativa da aula, destacamos que o professor a inicia com a utilização do livro didático como instrumento didático, onde o livro em uso trazia como proposta inicial para o estudo do adjetivo a leitura e a interpretação de uma fotografia, utilizando-se assim do texto não verbal para introdução ao conteúdo gramatical.

A proposta do livro era despertar nos alunos a análise das características presentes na fotografia, como: espaço, tempo, as características climáticas do dia, e uma menina que havia sido fotografada em seu cotidiano. Vale destacar que a fotografia se tratava de uma menina negra e Moçambicana de cabelos curtos, com semblante sério e sereno, descalça e com vestimentas bastante estampadas.

Os alunos mostram-se participativos na atividade, porém, a partir de uma das perguntas presentes na atividade (pergunta esta transcrita em nossa epigrafe) há a quebra de todo andamento da atividade. Uma aluna se dirige ao professor dizendo: “Creio que o que ela tem de diferente é a cor da pele que é feia”. Destacamos, pois, que tal afirmação parte de uma criança (menina) branca.

Diante de tal afirmação, pode-se constatar que de fato, o preconceito em torno do negro ainda é fortemente presente em sociedade, e tem-se expandindo ao longo de gerações, sendo o mesmo propagado de maneira avassaladora dentro das escolas.

Sem subjugar a afirmação proferida pela aluna, precisamos analisar e entender quais motivos a levaram proferir tal afirmação. Portanto, colocamos como norte para essa análise o conceito de identidade e a relação da identidade na sociedade e na escola.

Mas o que viria ser identidade? Identidade é uma palavra (expressão) oriunda do latim *identitas*. E nada mais é que o/um conjunto de (os) traços e características de um determinado indivíduo ou comunidade, caracterizando-os assim perante os demais. Ao falar sobre identidade, Munanga (1994) postula que:

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do

território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178)

Se percebe através da citação acima que é tido como identidade, a visão que o indivíduo tem de si e que o torna diferente dos demais, bem como a visão que ele tem do outro sobre si. Sendo este, tema de bastantes debates e discussões, e muitas das vezes voltada a causas em torno das relações raciais.

A identidade por sua vez também é constituída para "aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder" (CASTELLS, 1999, p. 24). E é nessa linha que se constituiu a identidade do povo afro-brasileiro, no qual, por muito tempo o negro foi e muita das vezes é discriminado em sociedade. Muitos são segregados a papéis subalternos, tendo suas participações históricas na construção sociocultural da sociedade visibilizados.

São a eles destinados apenas alguns capítulos ou apenas páginas nos livros didáticos de História, nos quais são retratados de maneira estereotipada, sendo em sua grande maioria relatados (apenas) como escravos, tendo assim sua história "cristalizada" em torno da escravidão e do negro enquanto sujeito passivo de tudo o que lhes era imposto, e nunca os trazendo como autores no processo de construção da sociedade Brasileira. Fúlvia Rosenberg (1985, p. 84) destaca que "[..]o branco, enquanto personagem, recebe uma elaboração maior que o não branco".

A citação acima reforça a visão de que o negro é em grande maioria retratado por meio de fenótipos depreciativos, se constituindo "numa desqualificação de práticas alienígenas, mas também na própria negação da humanidade do outro". (SANTOMÉ, 1995. Apud: SANTOS, 2006, p. 61).

Tem-se assim uma visão etnocêntrica produtora de julgamentos em cima do que é belo e bom, sendo esta uma postura de negação e desvalorização. "O etnocentrismo consiste, pois, em julgar como "certo" ou "errado", "feio" ou "bonito" "normal" ou "anormal" os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos a partir dos próprios padrões culturais[..]"(SANTOMÉ, 1995. Apud: SANTOS, 2006, p.61).

Ao analisarmos além dos livros didáticos, encontraremos também na literatura, seja ela para o público adulto ou infantil, associações discriminatórias, pejorativas, segregadoras e estereotipadas em torno da representação do personagem negro. Em suas análises, Brookshaw

(1983, p.12) demonstra que há "[...]associação da cor preta com a maldade e a feiura e da cor branca com a bondade[...]". Ele ainda reafirma que a maneira como o branco vê o negro, foi por sua vez moldado desde a infância através das histórias em que a negritude era associada ao que é mal.

Diante de todas afirmações fica um pouco mais fácil entender a colocação da aluna outrora citada. Contudo, também nos leva a analisar qual o papel do professor e principalmente da escola frente a situações como essa.

Segundo Algarve (2004, p. 16), "ao não valorizar a história e a cultura negra [...] a escola contribui para a discriminação e para o preconceito, gerando, no que diz respeito à criança negra, a baixa autoestima e prejuízos para a identidade social". Nesta perspectiva social a escola e o professor, juntos devem trabalhar para a valorização social, histórica e cultura da população negra, seja ela de matriz Africana ou Afro-Brasileira, sob o viés da lei 10.639/3.

É, portanto, a partir da situação ocorrida e retratada acima durante a aula de Língua Portuguesa, que surgiram anseios e inquietações visando solucionar a problemática do preconceito racial e de suas relações na EMEIF Cassiano Ribeiro Coutinho. Tendo como fruto dessas inquietudes o surgimento do projeto que se intitulou "Para além do Novembro Negro".

O projeto buscou não apenas solução ao problema gerado em sala, crendo que muito há a ser trabalhado para a erradicação do preconceito, mas a inserção de caminhos para efetivação da lei 10.639/03 levando em conta os alunos negros presentes na escola Cassiano.

2.3 PARA ALÉM DO NOVEMBRO NEGRO: RELATOS DO PROJETO DESENVOLVIDO

O projeto surgiu a partir de uma situação decorrente em sala de aula, onde torna-se explícita a necessidade de se trabalhar as relações étnicos raciais no âmbito da EMEIF Cassiano Ribeiro Coutinho. A saber que a mesma se situa em um bairro de zona periférica da cidade de Sapé, onde em grande maioria a população do bairro, e, por conseguinte os alunos que frequentam a escola são negros.

O título nos faz menção a uma data presente dentro dos calendários escolares, contudo pouco trabalhada, ou apenas mencionada com pouca importância. Sabe-se que no dia 20 de

novembro comemora-se o dia da consciência negra. Sabe-se que é uma data nova nos calendários sócios educativos, tendo sua inserção no ano de 2003. Tendo, portanto, essa data como base, junto com o entendimento da importância de se trabalhar uma reflexão em torno do tema para além da data do dia 20, não só na data em questão, mas durante todo o ano, que se deu ao projeto tal título.

O projeto é dividido em três etapas, contando com três atividades desenvolvidas, são elas: intervenção com a leitura da literatura infanto-juvenil *A cor da ternura* da autora Geni Guimarães¹; construção de um mural fotográfico com fotos dos alunos negros da escola e como encerramento a realização de um desfile de cabelos crespos e cacheados. Todo o projeto se estruturou com o objetivo de (re)construção, valorização e afirmação da identidade negra presente na escola, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana que afirmam que

para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. (BRASIL, 2004).

A citação mostra o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais que vise superar as práticas racistas da sociedade, e em consequente dentro da escola, lugar onde as diferenças se contrapõe. Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana,

a educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização da identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004).

¹ Acerca da proposta de leitura do livro, ver texto de autoria de Maxwilliam Domingues da Silva Lima, que em 2015 produziu o artigo intitulado “A construção identitária da criança negra em sala de aula: uma leitura de ‘A cor da ternura’ de Geni Guimarães. O autor produz uma análise da obra, apontando-a como instrumento de ruptura, valorização e (re)construção da identidade de crianças negras em sala de aula.

Sendo assim, para se desenvolver uma educação antirracista é necessário entender que, a escola é um lugar por excelência de criação de uma “sociedade desracializada”², longe das construções distorcidas sobre a África e sobre o negro.

Na busca por se desenvolver essa educação antirracista o professor desconstrói o eurocentrismo curricular e traz para leitura e análise dos alunos uma obra autobiografia de literatura infanto-juvenil, a já citada *A cor da ternura*, obra que narra os conflitos da personagem Geni em ser negra, além de narrar suas superações frente aos conflitos e preconceitos vivenciados durante sua trajetória da infância até a fase adulta.

As leituras da obra literária ocorreram no espaço da sala de aula, em turma de 6º ano do turno manhã, com os alunos dispostos em círculos. A mesma foi dividida no decorrer de 06 (seis) aulas, onde ao termino de cada aula os alunos faziam suas anotações para que pudesse suscitar em seguida debates em torno da leitura e de situações que se assemelhassem aos fatos narrados na obra.

Com a leitura da obra, buscou-se levar os alunos a perceberem na vida da menina Geni o quão árduo e doloroso é o preconceito, bem como a analisarem e refletirem a superação da personagem diante de todas as situações conflituosas por ela vivenciada, pelo simples fato de ser negra. Tendo por entendimento que o aluno negro ao ter conhecimento e leitura da obra, poderá se perceber capaz de tal superação e afirmação, (re)construindo assim a sua identidade negra, política e social, além de levar os alunos não negros a refletirem e (des)construírem o preconceito em torno da cor do negro, seja ele quem for, inclusive seus colegas e amigos de classe, escola e sociedade.

O livro em estudo, mostra-se como um importante material de apoio e instrumento didático para os professores de Língua Portuguesa que estejam atentos a aplicação da legislação citada anteriormente, porque nele encontramos elementos ricos para o desenvolvimento de atividades que visem o cumprimento da lei e uma prática que proporcione uma reflexão sobre as relações étnicoraciais no Brasil.

² Entendemos como sociedade desracializada, uma sociedade em que não haja diferenciação de pessoas, com base em discursos e práticas racistas.

Além da leitura da literatura infanto-juvenil, foi proposto para toda a escola a construção de um mural com fotos de todos os alunos que se (re)conheciam e se afirmavam como negros. O professor passou de sala em sala informando a nova proposta aos alunos, os que se interessaram foram informados sobre o dia e horário para a realização das fotografias, que ocorreram dentro do espaço interno das salas de aula e da escola.

Os registros fotográficos ficaram a encargo do professor que levou uma câmera fotográfica para escola e fez os “clicks” dos alunos e de alguns funcionários da escola que se dispuseram a participar e colaborar com o projeto que estava em desenvolvimento. Esse foi um momento peculiar, onde o projeto conseguiu sair das paredes da sala de aula e se expandir a escola.

Nesse segundo momento, buscou-se valorizar a beleza negra presente na escola, contribuindo para a construção de empoderamento dos alunos, tendo como acima citado o apoio de funcionários escolares num único e singular intuito de somar e contribuir para a auto estima, reforço e afirmação, construindo dentro do espaço escolar novos olhares em torno da beleza negra. Após os registros fotográficos, realizou-se a construção do mural, que ficou exposto e afixado nas paredes da escola tendo por título “Beleza negra e afro-brasileiras EMEIF Cassiano Ribeiro Coutinho”.

Foi notória a euforia e alegria dos alunos negros ao se verem valorizados e empoderados diante de todos os colegas e escola. Se percebendo enquanto sujeitos de destaque, os levando a (re)construírem a imagem dos padrões de belezas impostos, refletindo e percebendo o que há de belo e o quanto há de ternura em ser e se reconhecer negro.

Ainda dentro da proposta do projeto, organizou-se como encerramento e culminância um desfile de cabelos crespos e cacheados na escola no dia 25 de novembro de 2016. Todo o pátio da escola foi organizado para a realização do desfile, com direito até tapete vermelho. As alunas que concorreram ao desfile contaram com o auxílio de uma cabelereira do bairro que se deslocou até escola e cuidou dos penteados das participantes.

O desfile contou com a participação de uma jovem modelo (negra) da cidade de Sapé, que esteve fazendo parte do corpo de júri do desfile, mas que também esteve explanando para os alunos como foi o seu processo de (re)conhecimento negro, todos o seu processo na aceitação de seu cabelo cacheado e todo o seu percurso na transição capilar, contribuindo assim para a valorização

da beleza negra, e do empoderamento da mulher e de seus cabelos como símbolo de força e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos relatos de experiências decorrentes das aulas de Língua Portuguesa podemos perceber que de fato, os preconceitos raciais estão presentes em nossa sociedade. Sociedade em que os negros são historicamente excluídos, suas oportunidades foram e muita das vezes ainda são negadas. E é partindo dessas perspectivas que enfocamos a importância de uma educação que desmistifique essa visão preconceituosa e depreciativa em torno da população negra. Educação está que não aluda o negro como ser coisificado, mas sim como sujeito de grande importância em nossa construção sócio histórica.

No decorrer da narrativa buscamos sublinhar possibilidades de atuação frente ao racismo educacional com a descrição do projeto *Para além do novembro negro*. Buscou-se, pois, despertar nos colegas de profissão a importância sobre a reflexão de suas práticas docentes, entendendo o professor enquanto formador de construção do pensamento que liberta a sociedade de práticas desumanas e preconceituosas.

Sabemos que muito ainda tem a ser mudado, e que longe estamos de uma sociedade mais igualitária, mas tal pesquisa tenta mostrar possíveis caminhos de efetivação de algo que já é lei desde 2003, mas que até hoje caminha para uma efetivação de fato.

Almejou-se pois a partir das constatações contribuir para a uma educação que vise a (re)construção e o (re)conhecimento da criança negra em sala de aula, efetivando uma “educação antirracista”. Entendemos que esta temática é de suma importância não só para a criança negra presente em sala de aula mas para todos os demais grupos sociais e étnicos, bem como para a construção de uma sociedade menos segregadora e opressora.

REFERÊNCIAS

ALGARVE, Valeria aparecida. **Cultura Negra na sala de aula: pode um cantinho de Africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?** Dissertação de Mestrado (pdf). Universidade Federal de São Carlos, Setembro, 2004.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A construção da Identidade Étnico-Racial na Era da Informação. In: TELLA, Marcos Aurélio Paz. **Cadernos Afro Paraibanos. (Vol. I). Educação, Ações Afirmativas e Relações Étnico Raciais.** João Pessoa, 2012, NEABI/UFPB.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Educação Antirracista: A Emergência de um problema. In: TELLA, Marcos Aurélio Paz. **Cadernos Afro Paraibanos, Vol I. Educação, Ações Afirmativas e Relações Étnico Raciais.** João Pessoa, 2012, NEABI/UFPB.

BRASIL. Parecer CNE/CP no. 003/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Reações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.1, 17 jun.2004.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CEREJA, WILLIAM ROBERTO. **Português: linguagens, 6º ano: língua portuguesa/** William Roberto. Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7. Ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2012.

FRY, Peter. **A persistência da Raça.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MUNANGA, Kabengele . **Identidade, cidadania e democracia:algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil.** In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **Personagens negros na literatura infanto-juvenil no Brasil e Moçambique (2000-2007).** Tese de Doutorado (pdf). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ROCHA, Solange Pereira. A Lei 10.639/03 Na Primeira Década: reflexões, avanços e perspectivas.

In_: **Diversidades étnico-raciais e interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639 e 11.645 / José Luciano de Queiroz Aires...** [et al.], organizadores. – Campina Grande: EDUFCA, 2013.

ROSENBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1985.

SANTOS, Ana Katia Alves dos. **Infância e afrodescendentes: epistemologia no ensino fundamental/ Ana Kátia Alves dos Santos**. – Salvador: EDUFBA, 2006.

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICO QUE OPTAMOS PELA PERMANENCIA DO NOME DA ESCOLA EM NOSSO TRABALHO, POR O MESMO SER RESULTADO DE UMA ATIVIDADE DESENVOLVIDA E UTILIZADA NA ESPECIALIZAÇÃO. TENDO, PORTANTO, AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA PARA TAL PESQUISA E PRODUÇÃO DO TRABALHO.

Ao Sr(a) Elaine Araújo Martins
Diretor EMESP Expansão Ribeiro Coutinho

Ref. Requerimento.

Eu Nautiliom Domingues da Silva Lima
devidamente matriculado no curso de pós-graduação em Língua, Linguística e Literatura ministrado pela FIP - Faculdades Integradas de Patos, polo - Guarabira-Pb, no CPF sob o nº 86.53786, vem à presença de Vossa Senhoria requerer autorização para que seja realizada uma pesquisa nesta tão conceituada escola que irá contribuir para a construção do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso que estou construindo.

Certo do atendimento da solicitação, renovo votos de mais elevada estima e consideração.

Guarabira, 27 de maio de 2017

José Ronaldo dos Santos
Professor Orientador

Nautiliom Domingues S. Lima
Aluno(a)

Obs: Protocolar o requerimento na secretaria da escola em duas vias, retendo uma delas devidamente protocolada com data e assinatura do recebedor.

Recebido em
12 de julho de 2017
Escola Ribeiro Coutinho
Guarabira - PB
11.718-1